

Manutenção da expropriação colonial em disputa: a relevância da Sociedade Civil Organizada para a devolução de patrimônio cultural

Mariana Lima Araujo Malta^{*1}

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar a discussão sobre a repatriação e a restituição de bens culturais expropriados no processo de colonização, assim como justificar a relevância da devolução desse patrimônio para as ex-colônias. Apresenta-se a relevância da Sociedade Civil Organizada nas disputas de narrativas sobre a posse ilegítima de patrimônio cultural obtido durante o período colonial, a partir da análise de parte dos desdobramentos recentes referentes à devolução do patrimônio cultural, das contribuições teóricas do pós-colonialismo e do decolonialismo e de dois exemplos de Organizações Não Governamentais.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Restituição, Colonialismo, Sociedade Civil Organizada.

Abstract

This article aims at presenting the discussion about repatriation and restitution of cultural assets expropriated during the process of colonization, as well as justifying the importance of returning this heritage to the ex-colonies. It presents the relevance of Organized Civil Society in the narrative disputes about the illegitimate possession of cultural heritage obtained during the colonial era, using analysis of some of the recent events regarding the devolution of cultural heritage, post-colonialist theoretical contributions and two examples of Non Governmental Organizations.

Keywords: Heritage; Restitution; Colonialism; Organized Civil Society

¹ Universidade Federal do ABC — m.malta@outlook.com

INTRODUÇÃO

Questionar de quem é uma obra de arte ou um bem cultural pode levar a uma discussão complexa, que recorda manchas na história dos países mais desenvolvidos e cicatrizes de um passado colonial que jamais desaparecerão. Nas últimas décadas, presenciamos um movimento crescente de disputa e pedido de devolução de tesouros culturais que não estão sob posse do país de origem. Grande parte dos mais importantes artefatos culturais da humanidade estão em um pequeno grupo de países, sob domínio do continente europeu.

Países como o Reino Unido concentram parte da história de diferentes civilizações e nações, como a Pedra Roseta que permitiu que fossem desvendados os hieróglifos do Egito Antigo. A verdade por trás de parte do prestígio de grandes museus europeus, que apresentam um “passeio pela história mundial”, é que muitas de suas coleções possuem obras que inicialmente não pertenceriam a eles. Trata-se muito a respeito do roubo e do comércio ilegal de obras de arte, mas deixa-se de lado o fato de que muitos países roubaram e possuem de forma ilícita parte do patrimônio cultural alheio.

Vale, portanto, debruçar-se sobre esta temática e compreender a importância de atores governamentais e da sociedade civil no que se refere à resolução dessas disputas transnacionais. Para tanto, esse artigo parte de um processo de revisão bibliográfica e faz uso de conteúdo e referências de cunho jornalístico, tendo em vista a atualidade do tema.

Na primeira parte deste artigo, aborda-se a necessidade de restituição de obras e a resposta a isso. Na segunda parte, apresenta-se o modo como a questão da restituição de obras de arte se articula com o pós-colonialismo e a teoria decolonial. Por fim, na terceira parte deste trabalho, busca-se compreender de que forma Organizações Não Governamentais possuem um papel de destaque no que tange à pressão exercida sobre países e suas respectivas instituições culturais.

O SAQUE E A RESTITUIÇÃO

A quem pertence uma obra de arte, artefatos históricos, vestígios do início de uma civilização? O que pode parecer inicialmente uma questão com resposta simples contrapõe na realidade uma visão “internacionalista” do patrimônio cultural e uma visão “nacionalista”. A primeira pressupõe que os bens culturais são de toda a humanidade e a sua preservação é um interesse comum; sendo assim, as obras não devem ser limitadas por suas fronteiras de origem (COSTA, 2018b). Já a segunda visão, a nacionalista, ressalta o vínculo cultural e histórico das obras e artefatos com seu local de origem e seu povo (COSTA, 2018b).

As duas visões seriam aceitáveis se as duas partes em disputa pelo patrimônio ocupassem posições iguais ou pelo menos similares quanto às suas perdas, ganhos e seus interesses implícitos. Contudo, na prática observa-se que o discurso de caráter nacionalista vai ao encontro da necessidade de restituir parte daquilo que foi expropriado de um povo. Não se trata apenas de qual museu vai expor uma determinada obra; trata-se de sanar minimamente uma dívida histórica.

Não é possível comparar a negociação entre duas nações europeias a respeito da posse de uma obra com a requisição feita por uma ex-colônia com o intuito de recuperar o patrimônio obtido ilicitamente por um país colonizador. Sendo assim, é justificado afirmar que os tesouros espoliados durante o colonialismo precisam voltar a pertencer a seus legítimos proprietários.

A devolução de parte do patrimônio cultural de uma ex-colônia é um avanço no que se refere à necessidade de repensar o passado colonial e em algum sentido devolver parte do que foi roubado das colônias. Contudo, nota-se uma resistência conservadora, que vai ao encontro de uma visão internacionalista e tradicionalista de patrimônio a fim de justificar a permanência das obras nos museus europeus. Nesse sentido, destaca-se o posicionamento de Jeremy Wright, o secretário de cultura do Reino Unido em 2019, que descartou a devolução de objetos mantidos em museus nacionais para seus países de origem:

O Reino Unido rejeitou o ponto de vista do Presidente Macron de que artefatos da antiguidade deveriam ser retornados a seus países de origem. Jeremy Wright, o secretário de cultura, argumentou que o “benefício cultural real” para o mundo está em ver objetos de diferentes civilizações em um só lugar. Se você “seguir a lógica da restituição até sua conclusão lógica” não haverá “nenhum ponto onde pessoas possam ver uma multiplicidade de coisas”, ele disse. (SANDERSON, 2019. Trad. do editor)

Nesta disputa de narrativas são utilizados argumentos como a falta de estrutura, condições, e cuidados específicos para a salvaguarda dos artefatos e sua exposição adequada ao público (COSTA, 2018b). Esse discurso apenas fomenta a ideia de que as ex-colônias ainda estão muito distantes da realidade europeia. Poucos lembram que esse distanciamento foi causado em grande parte pelo saque executado pelas metrópoles europeias, pela expropriação inescrupulosa das riquezas naturais das colônias e pela completa desarticulação das estruturas pré-existentes dos povos originários.

Ainda que os processos históricos sejam lentos e longos, eles acontecem. Atualmente, a mentalidade em relação ao patrimônio cultural de vários países não corresponde mais aos séculos anteriores, nos quais essa mentalidade, muitas vezes, ainda não existia. O crescente apelo internacional por parte de órgãos governamentais, de intelectuais engajados e da população em prol da conscientização pela preservação de sua própria memória evidencia essa transformação. Dessa forma, discursos que insistem na incapacidade (política, econômica, social ou cultural) dos países menos desenvolvidos como condição para impossibilitá-los de preservar e transmitir ao mundo o seu próprio passado através de sua cultura material se tornam contestáveis em tempos de descolonização, onde constantes manifestações de resistência auxiliam na mudança e na escrita de uma nova história, que a cada dia se torna mais necessária. (COSTA, 2018a, p.116)

Os tesouros exibidos com orgulho para os turistas do mundo todo – ou pelo menos para aqueles que possuem condições para acessá-los – fazem parte do que foi roubado das colônias e que ainda pode ser devolvido. Não é possível apagar os efeitos devastadores da dominação europeia em países da América Latina e principalmente em países do continente africano. Contudo, a restituição de parte do que foi roubado seria uma demonstração de que os países europeus estão dispostos a se relacionar de forma diferente com as ex-colônias e que entendem que possuem as obras de forma ilegítima.

Além do norte da África, outros objetos africanos também se encontram espalhados em diferentes museus, como uma coleção de mais de novecentos bronzes retirados de Benim pelos ingleses no final do século XIX. Atualmente, esses bronzes estão divididos entre a Alemanha, os Estados Unidos, a Inglaterra e a Nigéria. Mesmo a sua retirada de Benim tendo sido reconhecida como um ato de pilhagem pelo próprio Museu Britânico, eles insistem “[...] que não houve nada de ilegal em sua aquisição.” (GEKOSKI, 2015, p. 225), argumento que é utilizado, também, para negar o pedido de devolução dos mármore do Parthenon à Grécia. (COSTA, 2018b, p.259)

O termo “restituir” significa literalmente devolver um item ao seu legítimo proprietário. Tratar de restituições é, portanto, tratar de justiça, de reconhecimento e reparação, mas sobretudo é uma forma de abrir caminho para o estabelecimento de novas relações culturais baseadas em uma relação de fato ética (SARR, SAVOY, 2018). Sendo assim, tendo em vista o processo de colonização e a forma como o patrimônio cultural foi obtido, é possível afirmar que a não devolução das obras constitui uma manutenção da lógica anterior colonial.

O Código de Ética para Museus reafirma o compromisso dessas instituições com práticas éticas, com a adoção de um conceito de Patrimônio Universal e o respeito à diversidade cultural (ICOM, 2009).

Os museus devem estar preparados para iniciar a discussão sobre a devolução de bens culturais a um país ou povo de onde se originem. Esta ação deve ser feita de maneira imparcial, baseada em critérios científicos, profissionais ou humanitários e sob a legislação local, nacional e internacional aplicável, ao invés de ações governamentais ou políticas. (ICOM, 2009, P.24)

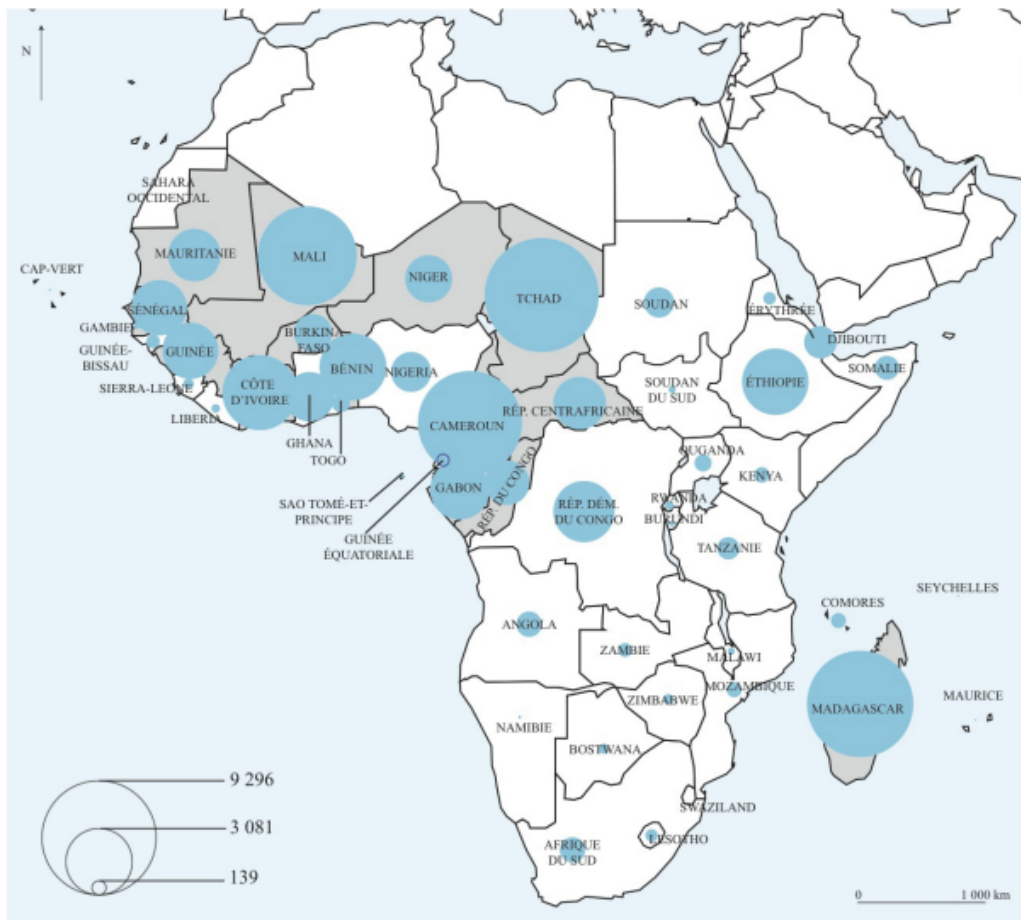
Na atualidade, motivados por pressões internacionais, é visível um início de movimento por parte de alguns Estados europeus tendo em vista a devolução das obras. Emmanuel Macron encomendou em 2018 um relatório de dois especialistas que defendem devolver ao continente africano todas as obras e objetos que tenham chegado às coleções francesas de forma irregular (EL PAIS, 2018). Segundo este relatório, 90 a 95% da herança cultural africana não se encontra no continente africano, mas em grandes museus ocidentais. O plano do presidente Emmanuel Macron é criar as condições necessárias para restituir, de forma

"temporal ou permanente" o patrimônio africano estabelecido na França em um prazo de cinco anos (EL PAIS, 2017).

Segundo o relatório supracitado, é fundamental que as obras não sejam emprestadas aos museus africanos, elas devem voltar para seu país de origem de forma permanente. Neste processo é notável o posicionamento de países africanos que solicitaram a restituição. Nesse sentido vale citar:

(...) o Senegal pensa em exigir que tudo lhe seja devolvido. “Estamos prontos para encontrar soluções com a França. Mas se forem identificadas 10.000 peças em suas coleções, pediremos as 10.000”, disse o ministro senegalês da Cultura, Abdou Latif Coulibaly, na apresentação do novo Museu das Civilizações Negras, inaugurado no início de dezembro em Dacar. Na Costa do Marfim, o Governo tem na mão uma lista de “uma centena de obras-primas” que pensa em solicitar à França. (...) a República Democrática do Congo anunciou que também quer recuperar uma série de obras que estão na Bélgica para expô-las em um novo museu que abrirá em Kinshasa em 2019. No momento, Macron já decretou a devolução imediata de 26 obras da dinastia Daomé que foram roubadas em 1892 por líderes militares franceses. Se os estudos jurídicos forem favoráveis, logo voltarão ao Benin. (EL PAIS 2019).

Apenas no museu francês *Musée du Quai Branly Jacques Chirac* (ou Museu das Artes e Civilizações da África, Ásia, Oceania e Américas) há 66.980 itens africanos (considerando-se apenas a África subsaariana). No mapa abaixo podemos visualizar o número de objetos da coleção do patrimônio cultural africano incluído no *Musée du Quai Branly Jacques Chirac* (Paris) registrado como parte do inventário das coleções nacionais entre 1878 e 2018, pela procedência geográfica, de acordo com as atuais fronteiras nacionais.



Map: Léa Saint-Raymond, 2018

Fonte: The Restitution of African Cultural Heritage. Toward a New Relational Ethics, 2018

O Museu do Quai Branly – Jacques Chirac não possui apenas obras de origem subsaariana. Em sua totalidade o museu conserva cerca de 370.000 obras originárias da África, Oriente Próximo, Ásia, Oceania e Américas, que, conforme disposto no site da instituição, ilustram a riqueza e a diversidade cultural das civilizações não europeias desde o período neolítico até o século XX. (MUSEÉ DU QUAI BRANLY - JACQUES CHIRAC, 2020). O exemplo deste museu evidencia a concentração do patrimônio cultural de ex-colônias nos museus de suas antigas metrópoles.

O conteúdo exposto no relatório representa um desafio para outros países europeus que também possuem um volume de obras das antigas colônias similar ao da França, tendo em vista que, diante da amplitude do relatório encomendado

por Emmanuel Macron, a abertura realizada pelas outras localidades mostrou-se incipiente.

Vale citar que o *Netherlands' National Museum of World Cultures* (NMWC) se comprometeu em 2019 a devolver todos os artefatos de sua coleção identificados como roubados durante a era colonial. Já no Reino Unido também foram tomadas medidas após um pedido formal do governo etíope em 2018 para a devolução de uma mecha de cabelo pertencente ao imperador Tewodros II. O Museu do Exército Nacional decidiu repatriar o item culturalmente significativo (MUSEUMS ASSOCIATION, 2019).

Quando um país ou povo de origem busca a restituição de um objeto ou espécime que tenha sido exportado ou transferido violando os princípios estabelecidos nas convenções internacionais e nacionais, e demonstrar que este objeto ou espécime faz parte do patrimônio cultural ou natural daquele país ou povo, o museu envolvido, se for legalmente autorizado para isto, deve tomar as providências necessárias para viabilizar esta restituição. (ICOM, 2009, P.24)

A IMPORTÂNCIA DE REPENSAR O PASSADO COLONIAL

A permanência da posse ilícita de patrimônio cultural de antigas colônias evidencia de que forma as relações internacionais permanecem refletindo a lógica colonial da qual em tese já haviam se libertado. Nesse sentido, vale destacar as contribuições teóricas do pós-colonialismo e do decolonialismo.

O pós-colonialismo é associado aos trabalhos de teóricos como Aníbal Quijano, Edward Said, Homi Bhabha e Gayatri Spivak. Os estudos relacionados a essa teoria ganham mais relevância no que tange ao Sul Global e à visão de que ainda se vivenciam os efeitos do pós-colonialismo: a continuidade da dominação na política mundial. É possível afirmar, tendo em vista esta teoria, que o domínio de países colonizadores do patrimônio cultural expropriado de suas ex-colônias é um exemplo de como se perpetua a lógica de dominação colonial.

A principal problemática exposta nesta teoria é a necessidade de que os povos e as ex-colônias repensem a si próprios sem a perspectiva dos seus antigos dominadores. Com a última onda de independências do Sul Global, a necessidade

de reflexões teóricas referentes ao espaço ocupado e destinado às ex-colônias ganhou maior destaque. É fundamental que as ex-colônias lutem para ocupar seu espaço nas relações internacionais contemporâneas, solucionando questões como a restituição de seu patrimônio cultural.

O pós-colonialismo tem como foco compreender a forma e as consequências da dominação explícita do período colonial e de que forma essa dominação se configura no período pós-colonial. A posse ilegítima e a exposição de obras de arte e vestígios históricos de nações e povos latino-americanos e africanos podem ser vistas como sinais de colonialidade ainda presentes nas relações internacionais.

Conforme exposto por Aníbal Quijano, a constituição da Europa como nova identidade e a expansão do colonialismo europeu conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e à naturalização das relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus (QUIJANO, 2005).

A Europa expropriou de todas as formas possíveis os povos dominados, expropriou suas formas de produção de conhecimento e seu universo simbólico. Concentrou sob sua hegemonia todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e da produção do conhecimento. Basicamente os povos que passaram pelo processo de colonização foram mutilados, material e simbolicamente. Discutindo a questão da posse de obras violentamente expropriadas e expostas, evidencia-se como os países europeus permanecem tentando subjugar os países que são suas ex-colônias, já que a não devolução do patrimônio se constitui como a continuação do processo de mutilação, tanto no campo material como no simbólico.

A teoria decolonial vai ao encontro da necessidade de emancipação e do reconhecimento do lugar que os países que foram colônias ocupam nas relações internacionais. Nesse sentido, a teoria decolonial diverge do pós-colonialismo, propondo não só combater o colonialismo, mas também transcendê-lo. Não basta, segundo essa teoria, compreender as causas e consequências da

colonialidade; é necessário superar as relações do processo de colonização e de descolonização. A teoria decolonial amplifica o compromisso do pós-colonialismo com a superação das relações de colonização propondo uma epistemologia radical e emancipatória.

A lógica dominante, as teorias e a visão de mundo eurocêntrica reproduzem o sistema de poder e subordinação colonial; dessa forma, não podem ser aplicadas a todos os países do globo. É essencial desenvolver modelos próprios e endógenos tendo em vista as particularidades estruturais e as assimetrias decorrentes do processo de colonização. Frantz Fanon, Walter D. Mignolo, Ramón Grosfoguel reforçam a ideia de que é fundamental eliminar todos os resquícios de influência dos colonizadores, e consolidar uma transformação de pensamento total, que tenha como base perspectivas próprias, conhecimentos locais e ideias genuinamente regionais.

Destaca-se, portanto, a necessidade de destruir o mundo colonial, provocando uma mudança das estruturas com o intuito de consolidar o processo de restituição da nação ao seu respectivo povo (FANON, 1968). Não é possível consolidar essa transformação com os resquícios da expropriação sendo expostos em museus. A usurpação do patrimônio material e simbólico permanece enquanto os países que foram roubados não tiverem de volta o que lhes pertence. Há pouco que pode ser devolvido tendo em vista os danos causados, mas a devolução consiste no reconhecimento de que países que passaram pelo processo de colonização possuem autonomia e soberania e devem ter a posse de sua história, ainda que parte dela esteja fragmentada e exposta em instituições culturais europeias. Nesse sentido destaca-se o papel da sociedade civil organizada como um ator relevante, capaz de pressionar e gerar desdobramentos importantes em meio à disputa de narrativas entre os países e seus respectivos museus.

A RELEVÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Diante dessa problemática ganha força a atuação de Organizações não governamentais (ONGs) que pressionam os governos a realizar o repatriamento das obras. Nesse sentido vale citar a ONG africana *AfricAvenir International* dirigida pelo Príncipe Kum'a Ndumbe III, do povo Duala, da República dos Camarões. Segundo o site desta instituição:

AfricAvenir International é uma organização pan-africanista não-governamental e sem fins lucrativos fundada na República dos Camarões, engajada em educação política e disseminação de informação tanto na África quanto no mundo. Fundada pelo Príncipe Kum' a Ndumbe III em 1985, expandiu seu alcance em 2000 através da criação de uma divisão alemã em Berlim, em 2007 em Windhoek, na Namíbia e em 2012 em Cotonou/Calavi, Benin. A divisão austríaca em Viena está em processo de ser instituída, assim como divisões em Senegal, França, EUA, Canadá e Brasil. (AFRICAVERNIR, 2020. Trad. do editor)

Na Alemanha, em 2018, mais de cinquenta ONGs enviaram uma carta aberta à chanceler Angela Merkel solicitando que o país adotasse o exemplo da iniciativa do presidente francês Emmanuel Macron. Essas organizações buscaram alertar o governo alemão da necessidade de discutir o que está sob posse de museus alemães que não pertencem de fato a eles. Entre essas organizações não governamentais é possível citar a *Berlin Postkolonial*, associação criada em julho de 2007, que tem como foco a análise crítica da história colonial e a divulgação do pensamento pós-colonial e racista e das estruturas sociais atuais.

Esta Associação evidencia um esforço de parte da sociedade civil alemã de revisar de forma crítica a história colonial regional, assim como divulgar estruturas contemporâneas pós-coloniais e racistas de pensamento e sociedade. A *Berlin Postkolonial* busca cooperação com iniciativas locais semelhantes e trabalha em rede com outros grupos pós-coloniais.

Esses dois exemplos foram citados porque constituem “duas pontas” de um mesmo processo. De um lado uma instituição africana, que luta pela restituição daquilo que pertence aos seus povos. Do outro, uma instituição alemã, de um país colonizador, que busca expandir o compromisso de seu governo e suas

instituições com o não esquecimento de um passado recente, que se faz presente em estruturas que refletem a desigualdade existente entre as metrópoles e suas ex-colônias.

O processo histórico de colonização e descolonização é conhecido. Os museus ao redor do mundo são visitados constantemente por turistas das mais distintas nacionalidades. A origem de cada obra é conhecida, o tráfico ilegal de arte é noticiado, assim como os grandes roubos a museus. Diferente da realidade vivida antes, hoje é possível transportar de forma segura obras de arte. Empréstimos entre museus de diferentes países se tornaram comuns, assim como visitas e tours *on-line* em instituições internacionais. O espaço que o debate sobre o tema deste artigo tem ganhado na atualidade não pode ser separado do fenômeno da globalização.

Nas três últimas décadas, as interações transnacionais conheceram uma intensificação dramática, desde a globalização dos sistemas de produção e das transferências financeiras, à disseminação, a uma escala mundial, de informação e imagens através dos meios de comunicação social ou às deslocamentos em massa de pessoas, quer como turistas, quer como trabalhadores migrantes ou refugiados. A extraordinária amplitude e profundidade destas interações transnacionais levaram a que alguns autores as vissem como ruptura em relação às anteriores formas de interações transfronteiriças, um fenômeno novo designado por "globalização" (...) (SANTOS, 2001, p.1)

A Globalização ressignifica o tempo e o espaço. O suporte tecnológico adjacente a esse fenômeno permite que parte das atividades do planeta funcione como uma unidade. Ela em princípio é econômica, mas também se dissemina em outras áreas.

Uma revisão dos estudos sobre os processos de globalização mostra-nos que estamos perante um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo. (SANTOS, 2001, p.1)

A revolução nas tecnologias de comunicação permitiu uma nova organização das relações sociais em âmbito planetário. Estas novas articulações políticas e sociais se constituíram como forças de pressão democrática ao poder dos Estados nacionais e aos mecanismos de governança global; ganha força a ideia de "sociedade civil global" (BUDINI, 2011). A globalização deu visibilidade para

problemáticas teoricamente locais e a sociedade civil ganhou também um aspecto global.

Em outras palavras, a sociedade civil, de acordo com minha definição, é o processo pelo qual indivíduos negociam, argumentam, disputam ou concordam um com o outro e com os centros de autoridade política e econômica. Através de associações voluntárias, movimentos, partidos, uniões, o indivíduo é capaz de agir publicamente. (KALDOR, 2015, p.585. Trad. do editor)

A disseminação de informações permitiu que, a partir de interesses comuns, pessoas e organizações de diferentes países se articulassem. Observa-se na atualidade um cenário de interdependência e de cooperação no cenário internacional, sob os mais distintos aspectos (BUDINI, 2011). Alguns teóricos entendem que esse processo possibilitou o surgimento de um sistema de governança global, com regras de caráter cosmopolita.

O que ocorreu nos anos 1990, eu defenderia, foi a emergência de um sistema de governança global que envolve tanto estados quanto instituições internacionais. Este não é um mundo de um estado só, mas um sistema no qual estados estão cada vez mais cercados por um conjunto de acordos, tratados e regras de caráter transnacional. Mais e mais essas regras são baseadas não só em acordos entre estados mas no apoio público, gerado pela sociedade civil global. De particular importância, ao meu ver, é o crescimento de um corpo cosmopolita de leis, que significa a combinação de leis humanitárias (leis de guerra) e leis de direitos humanos, brilhantemente analisadas por Geoffrey Best em sua palestra na London School of Economics em 9 de março de 1995. Lei cosmopolita é lei internacional que se aplica não só a estados mas a indivíduos – algo que Martin Wight pensava ser uma impossibilidade utópica. Essa ampliação e fortalecimento da lei cosmopolita, tanto logo após a Segunda Guerra Mundial e nos anos 1990, foi em larga medida a consequência da pressão da sociedade civil global. (KALDOR, 2015, p.595. Trad. do editor)

Na era da sociedade em rede, não somente as corporações internacionais se globalizaram, a sociedade civil também se globalizou. A Sociedade civil global é um campo de relações de poder; e as forças da sociedade civil se relacionam, em apoio ou oposição, aos poderes do estado e do mercado (COX, 1999). Ela é composta por uma pluralidade de atores, como ONGs em geral, movimentos sociais e coalizões internacionais.

As ONGs destacam-se por seu papel de representação ou expressão de grupos sociais nacionais ou internacionais, abordando um variado espectro de atividades, como a política, a economia, a religião, a cultura,

a cidadania e a ecologia. A profundidade de sua ação é desigual à medida que podem passar do plano da pressão ao do confronto político ou à ação direta. (VILLA, 1999, p.22)

No exemplo apresentado neste artigo, é possível observar atores locais que operam em questões globais: uma instituição de um país ex-colônia e uma instituição de um país colonizador que buscam garantir a devolução de peças conseguidas ilicitamente. Seria um indicativo de uma movimentação cosmopolita que une as duas partes que em tese antagonizam em um mesmo processo? Mesmo que as duas organizações tenham o mesmo discurso, as duas estão inseridas em realidades distintas. A instituição alemã não defende que o patrimônio cultural seja mantido em seu continente, mostrando uma consciência em relação ao processo histórico de caráter usurpador que ocorreu durante o período da colonização. De certa forma isso vai ao encontro do projeto da democracia cosmopolita,

(...) segundo o qual o ativismo global (formado por uma miríade de organizações) seria a força “de baixo” que, ao lado do projeto de reforma das instituições da governança global (de caráter mais institucional, ou top-down) levariam a ordem internacional rumo a um arcabouço jurídico cosmopolita. (BUDINI, 2011, p.97)

Nesse sentido, é possível afirmar que, de certa forma, os Estados criam espaços para que a sociedade civil global opere, já que essa se configura como um fator fundamental de implementação das políticas públicas, dado que é efetiva para modificar marcos normativos e para colocar temas na agenda.

À medida que os grupos sociais percebem que aquilo que motiva sua atuação nacional é também um problema que ultrapassa as fronteiras nacionais, estabelecem-se contatos pessoais e institucionais com as organizações congêneres de outros países, e este momento permite a criação de identidades coletivas globais a partir das organizações nacionais, as quais passam a agir como subunidades transnacionais identificadas como porta-vozes críticos. (VILLA, 1999, p.29).

O tema levantado neste artigo mostra a importância da preservação da história e da cultura de povos, materializada em obras de arte, artefatos, vestígios de seu passado. A sociedade civil organizada global toma forma com os exemplos de ONGs como a *AfricAvenir International* e a *Berlin Postkolonial*. Essas organizações buscam pressionar os governos dos países detentores de um patrimônio cultural

que não lhes pertence. Iniciativas como essa mostram a relevância da sociedade civil organizada para dar voz a demandas legítimas. Contudo, vale ressaltar, que, como afirmado por Budini (2011),

Embora a participação destes novos atores tenha potencial de pluralizar a política mundial, as hierarquias e desigualdades de acesso colocam em evidência o tema da representatividade e da legitimidade. Ainda que a questão seja justamente pensar a necessidade de novas formas de representatividade e legitimidade frente aos desafios impostos ao Estado-nação, as contribuições advindas da “sociedade civil global” se mostram insatisfatórias até o momento. (BUDINI, 2011, p.94).

Por fim, vale a pena destacar que parte da problemática referente à posse das obras e artefatos históricos reside no fato de que pensar apenas em uma questão de posse é simplificar erroneamente a questão. Pensar que um país que foi roubado tem por direito exigir uma restituição de fato é coerente. Contudo, ao pensar na arte como um todo, evidencia-se que antes de a mesma ser “nacional”, referente a um povo e contexto específico, ela é essencialmente humana. O que une todos os povos é a humanidade, que não se altera. Há, portanto, uma complexidade que ultrapassa as fronteiras nacionais.

Um pensamento mutilador conduz necessariamente a ações mutilantes. É preciso tomar consciência da patologia contemporânea do pensamento. (...) A patologia da razão é a racionalização que encerra o real num sistema de ideias coerente, mas parcial e unilateral, e que não sabe que uma parte do real é irracionalizável, nem que a racionalidade tem por missão dialogar com o irracionalizável. (MORIN, 2005, p.15)

É possível afirmar que a complexidade do tema reside em parte no fato de que a arte não pertence a ninguém e simultaneamente pertence a todos. Isso não tira o direito de um Estado, uma nação, reivindicar aquilo que originalmente lhe pertencia, mas deixa em aberto a possibilidade de repensar a questão de posse e fronteiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na primeira parte deste artigo apresentou-se a necessidade da restituição de obras, obtidas ilicitamente por países europeus, a seus países de origem e de que forma lida-se com essa questão na atualidade. Conforme apresentado, não é possível que os países que são ex-colônias sejam ressarcidos completamente tendo em vista as consequências devastadoras da dominação europeia, mas a devolução de parte do patrimônio cultural de uma ex-colônia é defendida neste artigo como um avanço importante no que se refere à necessidade de repensar e não esquecer o passado colonial.

Atualmente presencia-se um início de movimento por parte dos Estados europeus no que se refere à questão da devolução das obras; contudo, este movimento é mais teórico do que prático. O reconhecimento de que a restituição é essencial ainda não é um consenso e a discussão sobre a devolução das obras na prática é incipiente. Nesse sentido, é importante considerar a relevância da sociedade civil organizada, no que se refere à pressão exercida sobre países e suas respectivas instituições culturais. Conforme visto na terceira parte deste trabalho, Organizações Não Governamentais como a *AfricAvenir International* e a *Berlin Postkolonial* lutam de lados diferentes, mas com um objetivo semelhante que pode culminar em uma sociedade mais justa.

É notável como a sociedade civil organizada tem potencial para influenciar em problemáticas como a apresentada neste artigo. O fenômeno da globalização e a consequente ampla disseminação de informações gerou as condições adequadas para que pessoas e organizações se articulassem a nível global, e se posicionassem quanto a problemáticas globais como a devolução de arte para os seus povos e países de origem. Presencia-se na atualidade um cenário de interdependência e de cooperação no cenário internacional, que se expande nos mais distintos âmbitos. Nesse sentido, a forma como a sociedade civil global opera pode gerar mudanças efetivas tanto no âmbito regional como no âmbito global. As

pressões exercidas quanto à problemática apresentada neste trabalho com certeza fomentaram o movimento inicial, mas é necessário que a sociedade civil continue operando em defesa da devolução do patrimônio cultural de ex-colônias para que haja frutos das sementes já plantadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFRICA VENIR. **AfricAvenir International**, 2020. Disponível em: <http://www.africavenir.org/about-us.html>. Acesso em: 08 maio 2020.
- BUDINI, Terra. Atores, processos e diferenças conceituais nos debates sobre “sociedade civil global”. **Revista de Estudos Internacionais (REI)**, Vol. 2 (1), 2011.
- COSTA, Karine Lima da. A quem pertence o Patrimônio Cultural? Propriedade em Debate. **Revista Tempos Históricos**, Vol. 22, 2018a.
- COSTA, Karine Lima da. Pensar o patrimônio cultural por meio da repatriação e restituição de bens culturais. **Revista Patrimônio e Memória**, Vol. 14, 2018b.
- COX, Robert W. Civil society at the turn of the millenium: prospects for an alternative world order. **Review of International Studies**, v. 25, n. 01, 1999. pp. 3-28.
- FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GALLAS, Luciano; MACHADO, Ricardo. Para transcender a colonialidade. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos: Pós-colonialismo e pensamento descolonial**. A construção de um mundo plural, São Leopoldo, ano 13, n.431, p.40-41, 4 nov. 2013.
- ICOM. **Código de Ética para museus**. Disponível em: http://icom.org.br/wp-content/themes/colorwaytheme/pdfs/codigo%20de%20etica/codigo_de_etica_lusofono_iii_2009.pdf. Acesso em: 20 julho 2020.
- KALDOR, Mary. The idea of global civil society. **International affairs**, vol. 79, n. 3, p. 583-593, 2003.
- MARTINEZ, Héctor. O que aconteceria se os museus europeus tivessem que devolver a arte colonial espoliada? **El País**. 25 de Março de 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/14/cultura/1552575802_167574.html?outputType=amp. Acesso em: 09 maio 2020.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

MUSEÉ DU QUAI BRANLY JACQUES CHIRAC. **Le musée du quai Branly - Jacques Chirac**. Disponível em:

<http://www.quaibrantly.fr/en/collections/all-collections/history-of-the-collections/>. Acesso em 10 maio 2020.

NAYERI, Farah. Decisão de Macron de devolver obras de arte ao Benin movimentou museus pela Europa. **O Globo**. 27 nov. 2018. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/cultura/decisao-de-macron-de-devolver-obras-de-arte-ao-benin-movimentou-museus-pela-europa-23264286?versao=amp>. Acesso em: 08 maio 2020.

OLORUNSHOLA, Yosola. **Dutch museum commits to returning looted colonial artefacts**: Momentum builds for restitution and repatriation of colonial-era objects. 13 mar. 2019 Disponível em:

<https://www.museumsassociation.org/museums-journal/news/2019/03/13032019-dutch-museum-commits-to-returning-looted-artefacts/#> Acesso em: 20 jul. 2020.

PARLAMENTO EUROPEU. **Resolução do Parlamento Europeu, de 17 de janeiro de 2019, sobre reivindicações transfronteiriças de devolução de obras de arte e bens culturais pilhados em conflitos armados e guerras (2017/2023(INI))**.

Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-8-2019-0037_PT.pdf. Acesso em 09 maio 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**: Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

RUETHER, Graça M. ONGs pressionam Alemanha para devolver obras adquiridas no período pós-Colonial. **O Globo**. 04 jun. 2018. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/cultura/artes-visuais/ongs-pressionam-alemanha-para-devolver-obras-adquiridas-no-periodo-pos-colonial-22742931> Acesso em: 08 maio 2020.

SANDERSON, David. Minister rules out return of treasures. **The Times**. 22 abr. 2019. Disponível em:

<https://www.thetimes.co.uk/article/minister-rules-out-return-of-treasures-2jlf3qh63>. Acesso em: 20 julho 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2001), “Os processos da globalização”, in Santos, B. S. (org.), **Globalização: fatalidade ou utopia?**. Afrontamento, Porto, 31-106.

SARR, Felwine; SAVOY, Bénédicte. **The Restitution of African Cultural Heritage. Toward a New Relational Ethics**, 2018. Disponível em:

http://restitutionreport2018.com/sarr_savoy_en.pdf. Acesso em: 08 maio 2020.

VEGA, Miguel. De quem devem ser os tesouros históricos roubados? **El País**. 04 de dezembro de 2017. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/02/cultura/1512237457_760260.html.

Acesso em 09 maio 2020.

VILLA, Rafael A. Duarte. Formas de influência das ONGs na política internacional contemporânea. **Revista de Sociologia e Política**, UFPR, v. 12, p. 21-34, 1999, 583-593, 2003.